

Investigação Qualitativa de Movimentos Sociais: Abordando Moralidade e Emoções

Enrico Paternostro Bueno da Silva

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. enricobueno@yahoo.com.br

Resumo. O artigo propõe um cotejo entre duas vertentes contemporâneas de teoria dos movimentos de movimentos sociais que enfatizam a importância das emoções e da moralidade na análise do conflito: a *teoria do reconhecimento* de Axel Honneth e os estudos de James Jasper sobre *política apaixonada*. Através de uma revisão bibliográfica, busca-se identificar os pontos de convergência e divergência entre as duas propostas teórico-metodológicas, indicando possibilidades de interlocuções que ajudem a aprimorar os estudos do campo.

Palavras-chave: movimentos sociais; moralidade; emoções; reconhecimento.

Qualitative Investigation of Social Movements: Approaching Morality and Emotions

Abstract. In this paper, we do a comparison between two theoretical approaches for qualitative investigation of social movements that aim to understand the relevance of emotions and morality: the Axel Honneth's *theory of recognition* and the James Jasper's studies on *passionate politics*. Through a literature review, we seek to identify the divergent and the convergent points between both of the theoretical-methodological formulations, indicating possibilities of interlocution which help to improve the studies of this field.

Keywords: social movements, morality, emotions, recognition.

1 Introdução

Não é exagero dizer que os movimentos sociais constituem hoje um importante objeto da investigação sociológica. François Chazel (1995), por exemplo, credita a presença de capítulos sobre o tema nos tratados de sociologia mais recentes ao fato de que o campo vem ganhando autonomia nas ciências sociais: gradativamente, são superadas análises que os tratam lateralmente, seja como mera modalidade do comportamento coletivo, seja como manifestação secundária dos conflitos de classe. No mesmo sentido, Klandermans e Roggeband (2007) demonstram que os estudos sobre o tema, ainda centralizados pela Sociologia, necessitam articular análises interdisciplinares para que as lutas – em sua origem, discursos, estratégias – sejam apreendidas sem ceder a simplificações. Conforme se argumenta neste trabalho, apesar dos avanços alcançados pelas pesquisas recentes, as análises hegemônicas ainda recaem em certo reducionismo ao se esquivarem do tratamento de dimensões não imediatamente cognitivas do confronto político; na contramão, têm-se registrado novas propostas teóricas que visam expandir esse escopo analítico. É delas que o artigo busca tratar.¹ Análises qualitativas dos movimentos sociais que flertam com a Psicologia não são exatamente novas: no início do século XX emergiram explicações psicanalíticas que equiparavam essas coletividades a “massas” marcadas por sua irracionalidade. Não raro, concebia-se que suas raízes deviam ser buscadas na estrutura psíquica disfuncional dos participantes, de modo que as análises focalizavam o indivíduo em suas frustrações e queixas, e a adesão à coletividade era entendida como resultante da fragilidade de vínculos comunitários (cf. Honneth, 2013; Alonso, 2009). Essas formulações foram superadas a partir da década de 1960 – época em que os conflitos por igualdade

¹ Desenvolvi mais detalhadamente algumas considerações teóricas contidas neste trabalho em: Silva, 2016.

civil pululam em muitos países. *A Lógica da Ação Coletiva* de Mancur Olson (1999), publicada em 1965, fundamentou novas análises pautadas pelo individualismo metodológico. Na década seguinte, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), com McCarthy e Zald (1977) tomou corpo e propôs assimilar os movimentos sociais a partir de um olhar racionalista, tratando-os com categorias e métodos da sociologia organizacional. Quase simultaneamente, Charles Tilly (1978) inaugurava outra vertente, a Teoria do Processo Político (TPP), propondo investigar a relação entre a emergência ou enfraquecimento das mobilizações e as nuances macropolíticas capazes de oportunizá-las.

Essa última proposta, que posteriormente recebeu volumosas adaptações locais e revisões conceituais, é hoje vastamente articulada para estudos na área. Nesse ínterim, teóricos vinculados a ela ampliaram seu leque conceitual para abrigar esfera da cultura e abriram suas portas a perspectivas sociológicas relacionais, de modo que análises recentes têm também buscado abranger “o nível mesossociológico, de constituição de teias de interdependência social” que dão forma à ação coletiva (Alonso, 2009, p. 73). É dessa maneira que têm se destacado, por exemplo, os mapeamentos de redes sociais, com instrumentais analíticos informatizados e cada vez mais sofisticados.

Mesmo com a chamada “guinada cultural”, que impactou intensamente os estudos de movimentos sociais a partir da década de 1980, alguns autores têm investido contra um racionalismo exacerbado que permearia essas abordagens, propondo categorias e métodos para lidar com dimensões ainda subteorizadas. Dentre as propostas teóricas que caminham nesse sentido, há duas orientações que merecem destaque: a *Teoria do Reconhecimento* de Axel Honneth, que propõe tratar do lastro moral do conflito; e os trabalhos de James Jasper, Francesca Polletta e outros estudiosos, que têm repensado as categorias centrais da Teoria do Processo Político para destacar a importância dos sentimentos que transformam indivíduos comuns em ativistas.

Não obstante as diferenças marcantes entre si, ambas as teorias enfrentam o mesmo limite encontrado nas explicações rivais: aquilo que Honneth denomina reducionismo utilitarista, ou que Jasper chama de “racionalismo excessivo”. Considerando que ambas as proposições alcançam avanços notáveis no debate, o objetivo deste estudo é averiguar suas convergências e diferenças, de modo a identificar os pontos de cisão irreduzível e as potencialidades de contribuição recíproca entre as abordagens. Assim, após apresentar os traços gerais de cada proposta e destacar seus indicativos metodológicos para a análise qualitativa, busca-se discutir a plausibilidade de interlocução entre elas.

2 Axel Honneth: sobre a “gramática moral do conflito social”

A formulação de Honneth não se insere propriamente em uma tentativa de revisão das teorias dos movimentos sociais. Antes, seu principal trabalho – *Luta por Reconhecimento*, de 1992 – dialoga com a tradição da Escola de Frankfurt para propor uma nova compreensão quanto ao papel do conflito moralmente motivado para a promoção de transformações sociais emancipatórias. Sua teorização, portanto, tem como pretensão última não apresentar soluções ao debate supradescrito, mas repensar os fundamentos da Teoria Crítica frankfurtiana para desenvolver a hipótese segundo a qual “a dinâmica que emerge no desenvolvimento histórico das ordens sociais só pode ser completamente explicada pela ampliação da esfera da ação comunicativa de modo a incluir a dimensão negativa da luta” (Honneth, 1991, p. xviii).

Sua obra mais aclamada apresenta no título os dois conceitos fundamentais à tese que sustenta, e os concatena de modo a construir um vínculo motivacional: a *luta* tratada é aquela que tem o *reconhecimento* como motivação moral a seus participantes; é, ademais, uma luta social. Assim, para começar a entender o que significa “luta por reconhecimento”, cabe recorrer à breve definição apresentada no oitavo capítulo do livro, em que *luta social* é descrita como “*processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um*

grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (Honneth, 2003, p. 257; grifos meus).

Essa definição articula elementos que requerem melhor explicação. Pode-se decompor a síntese conceitual em quatro premissas: 1) as experiências individuais de *desrespeito* são decisivas para o desencadeamento de um “processo prático” conflituoso; 2) para que essas experiências se convertam em luta social é necessário que: a) sejam próprias de um grupo e b) sejam interpretadas enquanto tais; 3) a ponte entre a experiência de desrespeito e a eclosão do conflito aparece como possibilidade, não resultado fatal, devendo a pesquisa empírica encontrar as oportunidades e obstáculos; 4) tais lutas visam, no limite, ampliar as relações de reconhecimento intersubjetivo. Para apresentar o quadro teórico, cabe iniciar explorando essa quarta premissa e, passando pelas demais, se buscará alcançar a relação entre o desrespeito e a emergência do “processo prático” de conflito.

Inicialmente, cabe considerar que a obra recebe importante impulso contextual, dado por conflitos que alçaram relevância na cena pública ocidental na segunda metade do século XX: estudantes, feministas, ecologistas, grupos étnicos e outras coletividades passaram a protagonizar disputas por leis igualitárias, políticas públicas, aceitação de modos de vida. Para justificar a tese segundo a qual o denominador comum dessas lutas são as expectativas de reconhecimento intersubjetivo, Honneth propõe atualizar intuições do jovem Hegel à luz da psicologia social de Mead e da psicanálise de Winnicott. Busca, afinal, encontrar os fundamentos morais do conflito social contemporâneo.

Para Hegel, a formação das relações de reconhecimento pelo sujeito se dá em três momentos: as relações amorosas, de teor afetivo (que tem nas relações familiares um momento fundamental); as relações jurídicas, de teor cognitivo (o reconhecimento do sujeito pelo direito); e as relações éticas de solidariedade, cujo teor é de uma “intuição intelectual”, o afeto tornado racional. Segundo o aprofundamento dado pela atualização de Honneth, uma construção não patológica da personalidade exige, em um *primeiro nível*, a separação bem-sucedida entre a criança e sua mãe (ou outro adulto de referência), a partir da qual se estabelecem relações a um só tempo autônomas e interdependentes entre o Eu e o Outro concreto; no *segundo nível*, trata-se do reconhecimento do indivíduo pelas instituições jurídicas modernas, o que implica em seu reconhecimento pelo Outro generalizado enquanto sujeito de direitos, pessoa de igual valor moral. Entendendo que ser reconhecido nesses dois sentidos não basta para uma formação sadia da personalidade, dado que a imputação moral pelo direito formal não é suficiente para garantir ao sujeito uma autorreferência positiva quanto às suas idiosincrasias, Honneth segue a proposta hegeliana para abranger também “uma forma de reconhecimento mútuo que propiciasse a confirmação a cada um não apenas como membro de uma coletividade, mas também como sujeito biograficamente individuado” (Honneth, 2003, p. 139). Isto remete o autor ao *terceiro nível* do reconhecimento, segundo o qual o indivíduo espera que suas características e capacidades distintas sejam apreciadas pelos parceiros; em outras palavras: espera relações sociais solidárias que lhe garantam o alcance de alguma estima social.

Desse modo, o autor propõe a hipótese de que o caminho que leva à confirmação de tais formas de reconhecimento (sobretudo da segunda e da terceira) ocorre conflituosamente, através de lutas por reconhecimento que têm como horizonte normativo a superação dos obstáculos relacionais à autorrealização, isto é, à efetivação da própria concepção de “boa vida”. Pois Honneth, em interlocução com Mead, enxerga na negação de uma “autorrelação prática” – que permitiria ao indivíduo uma formação identitária não-deformada – o impulso motivacional para a luta social que teria sido ignorado por teorias de teor utilitarista. Defende, assim, que o fundamento moral do conflito pode ser encontrado no estudo das experiências de desrespeito, através das quais é negada a expectativa dos indivíduos em serem intersubjetivamente reconhecidos, no que tange a sua integridade física, seus direitos e apreciação de seus atributos pessoais. Respectivamente, o desrespeito constituiria obstáculo à formação da autoconfiança (estabelecida pelo se sentir amado por uma pessoa vivenciada como Outro), do autorrespeito (que permite a um cidadão se ver como

seguro de si) e da autoestima (resultante do saber-se membro de um grupo em condições de realizações comuns, tendo seu valor próprio reconhecido pelos pares).

Construindo um conteúdo moral mais consistente para a aceção vulgar de desrespeito, Honneth o categoriza nas três vias mencionadas, diferenciando os três tipos não de acordo com sua “intensidade” ou “gravidade”, pelo tipo de autorrelação que é violada. O desrespeito pode constituir a negação da integridade física (primeiro nível), a exclusão estrutural da posse dos direitos fundamentais de uma sociedade (segundo nível), ou denegação e desvalorização de formas de vida tidas como inadequadas de acordo com a hierarquia dos valores sociais (terceiro nível).

Chega-se, assim, a um fundamento com traços universalistas para a explicação do fenômeno que, contemporaneamente, tomou a forma de ações coletivas mobilizadas por movimentos sociais. Estes, por mais impessoais que se tornem e por mais estratégicos que sejam em suas decisões cotidianas, guardariam alguma ponte semântica para com as experiências privadas de seus membros lesionados; ponte resistente a ponto de constituir uma identidade coletiva entre tais membros.

O movimento que Honneth realiza é deslocar o foco de análise dos elementos socioestruturais do conflito para o âmbito intersubjetivo da construção da moralidade, cujo processo é compreendido pela chave negativa da luta. Isso não significa ignorar que elementos de cunho macrosociológico estejam implicados no processo de negação do reconhecimento, mas estabelecer um recorte que permita compreender o papel da percepção moral de injustiça para a eclosão do conflito. O que nos conduz aos fatores emotivos que emergem quando da negação de uma autorrelação prática. No fragmento que segue, Honneth sintetiza de modo mais sólido essa leitura:

Nem em Hegel nem em Mead havia-se encontrado uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático; faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida acerca de sua situação social. Gostaria de defender a tese de que essa função pode ser cumprida por reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo; delas se compõem os sintomas psíquicos com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado. A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva do ser humano em relação a experiência do reconhecimento: para chegar a uma autorrelação bem sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. (Honneth, 2003, p. 219-220)

As emoções fazem-se, portanto, indispensáveis a quem procura compreender a emergência do conflito; elas são compostas pelos “sintomas psíquicos”, manifestações psicológicas das expectativas morais socialmente negadas, que resultam em distorção da autorrelação dos sujeitos. Mas apesar da relevância dada à dimensão psicoafetiva, o autor é claro ao afirmar que a experiência de desrespeito, emocionalmente experienciada, ainda não é condição suficiente para a emergência da luta. Para que seja encaminhada em termos de “processo prático” através de uma coletividade, o impulso emotivo desencadeado pelo desrespeito precisa ser convertido em um discurso inteligível; ou seja, os sentimentos envolvidos devem se expressar também termos de conteúdos cognitivos: discursos significativos aos sujeitos que sistematizem os motivos da resistência política, trazendo diagnósticos, prognósticos, propostas de intervenção.

Desse modo, a articulação entre indivíduos de modo a constituir um movimento social aparece como relevante na medida em que constitui o meio que possibilita a interpretação das experiências de desrespeito enquanto próprias de um grupo; por conseguinte, ela se torna indispensável canal para a circulação de projetos políticos que visem a superação do desrespeito em seus fundamentos. Por

outro lado, o autor não restringe a disponibilidade factível do movimento social como único aspecto definidor do que denomina “entorno político e cultural dos sujeitos atingidos”, e, embora não avance na aproximação com a TPP, abre as portas para estudos empíricos que identifiquem outras características do contexto sociopolítico com potencial para estimular ou obstacularizar a eclosão do conflito: configurações institucionais, grau de democratização dos meios comunicacionais, mecanismos ideológicos que afetam a interpretação das raízes do desrespeito, etc.

Honneth entende, por fim, que o desfecho de tais lutas jamais é definitivo nas sociedades modernas; nelas, os direitos formalmente conquistados e as relações de estima social estão sujeitos a disputas permanentes por reconhecimento, em que os indivíduos e grupos buscam elevar a valoração social de suas formas de vida, ampliando as possibilidades de concretização de suas expectativas morais perante os demais. Entretanto, a estabilização temporária que as lutas podem conquistar passa, essencialmente, pela disputa das atenções públicas: a elevação do “valor social”, ou da “reputação” dos membros tem como mediação necessária a disputa da opinião pública – remontando a um conceito importante da teoria habermasiana (2014).

2.1 Considerações metodológicas

A aplicação metodológica da teoria honnethiana do reconhecimento para a análise qualitativa encontra obstáculos e desafios notáveis. Primeiramente, porque pelo próprio teor político-filosófico do trabalho, a formulação não visa dar conta das minúcias empíricas que constituem o salto entre as percepções individuais de desrespeito e a formalização de uma associação humana que se estabelece através de regras, demandas, signos identificativos, estratégias, vínculos institucionais, etc. Nesse sentido, sequer há uma definição nítida do que se entende por “movimento social”, de modo que o trabalho de Honneth não se apresenta propriamente como uma teoria do movimento social, mas como uma teoria multidisciplinar da violação moral das expectativas relacionais do ser humano, que aponta para seu sentido normativo e suas possíveis consequências.

Soma-se a essa primeira dificuldade o fato de que os referenciais empíricos que fundamentam o desenvolvimento sócio-teórico de *Luta por Reconhecimento* supõem configurações sociais e institucionais próprias do capitalismo liberal desenvolvido, de modo que sua aplicação a conjunturas periféricas, como a brasileira, não pode ser realizada sem ponderações e revisões. Um exemplo interessante de esforço nesse sentido é a pesquisa realizada por Emil Sobottka, na qual se propõe uma investigação de experiências de desrespeito em uma periferia suburbana brasileira, com ênfase em mulheres atendidas por uma política governamental focalizada. No artigo em que os resultados são apresentados, o autor pondera que a teoria do reconhecimento foi “formulada em e com referência unicamente a sociedades economicamente centrais no capitalismo atual” (Sobottka, 2016, p. 686). Buscando precisamente averiguar a aplicabilidade em conjunturas distintas, a pesquisa de Sobottka mobilizou uma articulação entre *observação participante*, *grupos focais* e *entrevistas biográficas*. O resultado foi uma visualização bastante nítida das experiências e da autopercepção de desrespeito pelos envolvidos. A pesquisa conclui que, apesar dessa teoria oferecer um “marco de referência para perceber, enquadrar e interpretar experiências cotidianas que eram narradas dispersamente” (Sobottka, 2016, p. 700), não se conseguiu constatar uma expectativa de reconhecimento convertida em impulso de superação sob a forma de conflito coletivo.

O recurso metodológico mais comum nas tentativas de identificação das experiências de desrespeito, entretanto, é a realização de *entrevistas semi-estruturadas* (cf. Fuhrmann, 2013). Nesse sentido, questionários respaldados pelas orientações teóricas de Honneth, e em concatenação com as peculiaridades do contexto social de sua aplicação, podem ajudar a identificar como os indivíduos encaram as situações de desrespeito em seu cotidiano – permitindo não apenas tratar das

consequências morais e afetivas de arranjos sociais opressivos, mas também desvelar situações que, à primeira vista, não encerrariam formas de injustiça ou negação de direitos.

Entretanto, apesar de muitas análises já realizadas sob inspiração honnethiana focalizarem esse tipo de objeto, a teoria do reconhecimento dá margem a estudos dos mais abrangentes. Eles podem, por exemplo, se respaldar sobre indicativos psicológicos para identificar as experiências anteriores de ativistas que já se encontram mobilizados em grupos, de modo a investigar em que medida o próprio engajamento – independentemente dos seus resultados concretos – pode constituir ou não um passo para se superar as distorções sobre a autorrelação prática. Podem também, em interlocução com a TPP, mobilizar instrumentais analíticos de alcance médio para avaliar quais outros condicionantes relacionais tendem a favorecer ou obstacularizar a propensão ao ativismo, discutindo as mediações psicoafetivas ligadas a eles.

As múltiplas possibilidades metodológicas são oriundas do caráter mais político-filosófico que sociológico da teoria. Oferecendo um quadro conceitual abrangente, capaz de categorizar e explicar tanto as experiências de injustiça e desrespeito percebidas pelos indivíduos quanto as mobilizações sociais possivelmente delas resultantes, Honneth evita fazer indicações *a priori* para sua aplicação analítica. Contudo, esse *déficit* empírico e metodológico em seu trabalho pode constituir também uma abertura de possibilidades e uma relevante tarefa aos que pretendem desafiar a plausibilidade de seu argumento. Seja como for, investigações qualitativas pautadas por ele têm rendido não apenas constatações empíricas sobre os desrespeitos ocultos da vida cotidiana, como também revisões teóricas e adaptações necessárias para expandir o quadro a outras realidades sociais.

3 James Jasper e a “Política Passional”

Assim como Honneth, James Jasper vê como limitadas as empreitadas que reduzem a análise dos movimentos sociais a sua dimensão racional-cognitiva. E, mais ou menos à mesma época, desenvolve ampla pesquisa sobre os movimentos antinuclear e pelo direito dos animais, o que acaba resultando em sua conhecida obra de fôlego *A Arte do Protesto Moral* (1997), trabalho que lança os fundamentos para o desenvolvimento de proposições teóricas sobre as “emoções de protesto”. A partir dos escritos publicados ao longo de duas décadas – por Jasper e outros aderentes da proposta –, é possível traçar as características centrais de estudos recentes que visam argumentar, sob uma abordagem distinta da honnethiana, que as emoções importam para a ação coletiva.

De modo geral, esses trabalhos caminham no sentido de superar duas concepções distorcidas que comprometem seu objetivo: a primeira é uma compreensão monolítica do termo “emoções”, que tomado superficialmente pode abarcar uma miríade de experiências sem distingui-las devidamente; a segunda é a associação costumeira entre emoções e irracionalidade – que se deve, por um lado, aos antigos estudos sócio-psicológicos sobre multidões, e, por outro, a certa tradição weberiana que se consolidou nas ciências sociais. Desfazendo esses nós, os partidários da chamada *passionate politics* puderam ter o caminho aberto para desenvolver um argumento mais consistente.

A abordagem de Jasper tem como pano de fundo a dita “guinada cultural” (*cultural turn*) nas ciências sociais das últimas três décadas, que trouxe aos estudos dos movimentos a compreensão de que valores, ideologias, crenças e percepções importam como elemento analítico, colocando em xeque tanto os modelos pautados pelo individualismo metodológico quanto as análises macrosociológicas de teor estrutural-funcionalista. Esse novo horizonte não apenas está ligado às novas interpretações do conflito social – sejam as de cunho pós-estruturalista, sejam aquelas vinculadas às teorias dos novos movimentos sociais –, como também influenciou aqueles modelos que emergiram nos anos de 1970, de modo que, por exemplo, a Teoria do Processo Político passou a valorizar a importância das identidades, interpretações de mundo e significações em seus estudos (cf. Tarrow, 2011). É nesse

último bloco que o trabalho de Jasper se insere: ele se desenrola em diálogo com a TPP, objetivando revisar alguns de seus conceitos centrais de modo a abrir espaço para compreender o papel das emoções para as mobilizações políticas.

Sua abordagem das emoções, portanto, se dá no seio das discussões sobre cultura, evitando os campos da Biologia e da Psicologia. Entende que emoções, cognição e moralidade são componentes inseparáveis do contexto sociocultural que informa o engajamento ou a resignação dos sujeitos:

As emoções são parte da cultura, assim como o são as compreensões cognitivas e visões morais; toda vida social ocorre na cultura e através dela. Nós somos socializados (ou não socializados) em determinados sentimentos da mesma maneira que aprendemos, ou não aprendemos, os costumes e valores de nossa cultura local. (...) As emoções são aprendidas e controladas através da interação social, embora nunca com completa efetividade (Jasper, 1998, p. 399).

A teoria de Jasper, desse modo, concebe as emoções como culturalmente construídas – portanto, vinculadas à cognição – mais que como respostas automáticas “irracionais”. As emoções não devem, por conseguinte, ser confundidas com “sentimentos”, no sentido corrente do termo, enquanto sensações naturais que se originam no corpo e estão além do controle de quem experiencia. Dialogando com o construtivismo social, o autor entende que as emoções: comportam uma diversidade cultural, na medida em que são formadas diferentemente em cada contexto; são “constituídas mais por significados sociais compartilhados do que por estados psicológicos automáticos” (Jasper, 1998, p. 400); envolvem crenças e suposições abertas à persuasão cognitiva; estão vinculadas a valores morais, comumente emergindo quando da infração de normas.

Ao longo dos anos, Jasper e seus interlocutores próximos propuseram diferentes formas de categorizar emoções a fim de compreender quais são aquelas que tendem a favorecer mais o ativismo político, quais tendem à resignação e quais não importam diretamente ao debate (Jasper, 1998; 2011; Goodwin, Jasper, Polletta, 2001; 2004). Duas dessas tipologias são particularmente interessantes. No texto introdutório à coletânea de 2001 denominada *Passionate Politics*, Jasper, Polletta e Goodwin propõem uma classificação pautada sobre dois eixos: o primeiro indica a escala de tempo, dividindo as emoções entre as de duração mais longa e duração mais curta; o segundo eixo estabelece o escopo, distinguindo as emoções que possuem um objeto específico daquelas que não possuem. O quadro a seguir sintetiza essa classificação:

Tabela 1. Categorias e Exemplos de Emoções (Fonte: Goodwin, Jasper, Polletta, 2001, p. 11)

Escala de tempo	Escopo	
	<i>Possui objeto específico</i>	<i>Geral</i>
<i>Duração mais longa</i>	Ódio, amor, compaixão, simpatia, respeito, confiança, lealdade, ultraje moral, algumas formas de medo (fobia)	Resignação, cinismo, vergonha, paranoia, desconfiança, otimismo, orgulho, entusiasmo
<i>Duração mais curta</i>	Outros medos (susto, aflição), surpresa, choque, raiva, luto, tristeza	Ansiedade, alegria, euforia, abatimento

Concebendo que as emoções, as formas de expressá-las e os fundamentos de sua emergência são variáveis no tempo e no espaço, os autores acreditam que é possível distinguir algumas mais imediatas e universais (como raiva e surpresa) do que outras, mais elaboradas (como indignação ou vergonha); compreendem, entretanto, que uma “mesma” emoção pode ser expressa diferentemente conforme os indivíduos e o contexto sociocultural. O essencial é que “algumas emoções são mais construídas que outras, envolvendo maior processamento cognitivo” (Goodwin, Jasper, Polletta, 2001, p. 13); são emoções que dependem mais da interpretação e elaboração intelectual do

indivíduo acerca dos eventos que o cercam. Estas seriam as mais relevantes à política, como o ultraje moral, a vergonha, o orgulho, a indignação, etc.

Em proposta similar, mas sem traçar os dois eixos da tipologia, os mesmos autores propõem uma classificação ligeiramente distinta alguns anos depois (Goodwin, Jasper, Polletta, 2004), que elenca quatro grupos de emoções: reflexivas, laços afetivos, humores e emoções morais. Essa nova categorização mobiliza critérios distintos da anterior, mas não a exclui necessariamente, parecendo prudente interpretá-las como tipologias diferentes, mas justapostas.

As *emoções reflexivas*, segundo a tipologia tardia, não estão relacionadas à “reflexão”, mas a reflexos de fundo natural que indivíduos apresentam diante de determinadas situações repentinas ou surpreendentes. São essas emoções, em particular, que podem ser eventualmente associadas à irracionalidade, porque usualmente ocorrem sem haver um pensamento a seu respeito: costumam envolver um processamento da informação por mecanismos não imediatamente cognitivos. Isso não significa que sejam emoções pura e simplesmente irracionais, já que encerram processos complexos de avaliação. Exemplos desse tipo são o medo, a surpresa, a raiva, a alegria e a tristeza.

Os *laços afetivos* constituem o segundo grupo, compreendendo o amor, o ódio, o respeito, e a confiança, normalmente persistindo por um período mais longo de tempo. Eles podem estimular ou desestimular o ativismo, uma vez que possuem grande relevância para determinar a avaliação (positiva ou negativa) dos compromissos ou investimentos aos quais se adere: os indivíduos tendem mais a participar de organizações nas quais há envolvimento afetivo com pessoas, lugares, coisas e ideias. Além disso, essa categoria de emoções ajuda a enxergar para além do utilitarismo recorrente nas análises dos movimentos sociais: “não nos organizamos apenas para perseguir nossos interesses materiais, mas para ajudar aqueles que amamos e punir aqueles que odiamos – afeições que podem surgir durante o curso do conflito ou mesmo instigá-lo” (Goodwin, Jasper, Polletta, 2004, p. 418). A fidelidade, ademais, é um laço afetivo importantíssimo para a manutenção da militância, e por essa razão é estrategicamente trabalhada pelas lideranças.

O terceiro grupo é formado pelos *humores*, emoções que não possuem um objeto direto e são “transferíveis” de um contexto a outro, de modo que um humor formado sob determinadas condições pode afetar as atitudes de um indivíduo em outra hora e lugar. Bons humores podem provocar otimismo, enquanto maus humores o contrário; são, por isso, utilizados pelas lideranças que querem fomentar o ativismo. Discursos que conseguem estimular esperança e entusiasmo, por exemplo, podem impulsionar a ação coletiva, enquanto circunstâncias que induzem os indivíduos ao abatimento e resignação aparecem como complicadores às intenções das lideranças. Tais emoções não derivam necessariamente das perspectivas concretas de sucesso da empreitada, podendo ser suscitadas por circunstâncias diversas, internas ou externas ao movimento: “os participantes não precisam necessariamente acreditar que os objetivos do movimento serão realizados. Antes, sua satisfação provém do agir agora em face daqueles que negam suas capacidades para a coragem, a dignidade e a coordenação” (Goodwin, Jasper, Polletta, 2004, p. 421).

Enfim, as *emoções morais* – como empatia, orgulho vergonha, compaixão, ultraje, inveja, dignidade, ódio, inadequação – são talvez as mais importantes à investigação qualitativa da mobilização coletiva: “elas refletem as variações e construções culturais mais do que as emoções reflexivas. Muitas delas refletem os julgamentos, muitas vezes implícitos, das nossas próprias ações” (Goodwin, Jasper, Polletta, 2004, 422). Assim, os movimentos trabalhariam para inspirar emoções morais que se alinhem a suas agendas e mobilizem seu público: converter vergonha em orgulho, indiferença em compaixão, inadequação em empoderamento. Todos esses sentimentos – tanto os que desestimulam a luta quanto aqueles que se busca suscitar – são produzidos e significados em contextos socioculturais específicos. O que gera vergonha ou orgulho em uma época e lugar não são os mesmo fatores que promovem as mesmas emoções em outros contextos. É verdade que todas as emoções – mesmo as reflexivas – são em alguma medida condicionadas pelo elemento cultural; mas

para as emoções morais ele parece ser ainda mais decisivo, uma vez que muitos dos movimentos que mobilizam e são mobilizados por tais emoções buscam transformar, ou mesmo subverter, a valoração moral vigente ao propor novos paradigmas de percepção e significação.

Os estudos de Jasper, Polletta, Goodwin e outros autores de relevo desse campo são convincentes, em suma, ao apontar que as emoções importam à análise das organizações de movimento social que se colocam em contendas políticas. Um bom trunfo para a aceitação dessas perspectivas é a ausência de uma pretensão totalizante: Jasper não pretende dar conta de todos os elementos motivadores ou desestimulantes ao conflito, mas enriquecer a Teoria do Processo Político com estudos mais aprofundados sobre uma dimensão antes subestimada do conflito.

Cabe ter em conta que a contribuição dos autores transcende a melhor compreensão das *motivações*, ajudando a analisar o *uso estratégico* que atores coletivos fazem das emoções (próprias e dos oponentes): movimentos podem discutir maneiras de provocar reações morais que ampliem a visibilidade e aceitação de sua agenda; lideranças podem trabalhar para insuflar entusiasmo e benquerença entre os participantes da associação, além de estimular raiva, desprezo ou mesmo nojo aos opositores; da mesma forma, o Estado e grupos de interesse podem utilizar instrumentos específicos para provocar temor, desesperança ou resignação naqueles que os desafiam. Por conseguinte, o estudo das emoções importa não apenas para análises de nível microssociológico, mas também para apreensão de estruturas, processos e relações mais abrangentes.

Concisamente, pode-se colocar da seguinte maneira essa contribuição ao debate teórico: posto que a TPP tratou, até então, dos fatores exógenos ao fortalecimento, expansão e estratégias dos movimentos sociais, a *passionate politics* procura enriquecê-la ao trazer à tona elementos endógenos, a saber, os efeitos da esfera relacional dos ativistas sobre as suas subjetividades, experiências e emoções que impactam sobre sua disposição ou não a agir, a se manter ou não na associação, a aderir às lideranças ou a permanecer em suas casas durante uma situação de conflito.

3.1 Considerações metodológicas

Finalmente, no que se refere à questão metodológica, os autores da *passionate politics* não permitem se deixar levar pelo subjetivismo. Acreditam que as mesmas abordagens utilizadas nos estudos de crenças e moralidade podem ser aplicadas, de acordo com as pretensões e o objeto específico de cada pesquisa: *surveys* podem trazer informações dos participantes ou estratégias emocionais dos líderes; os informantes podem ser indagados diretamente ou através de métodos de apreensão das emoções, como questionários que permitam explicitar estados emocionais; a observação participante pode trazer à tona a “cultura emocional cotidiana dos movimentos” (Jasper, Goodwin, Polletta, 2004, p. 425), ajudando a identificar a relação entre os laços afetivos, os humores e os discursos morais com a força da mobilização em cada momento; registros históricos podem elucidar dispositivos estratégicos de movimentos antigos em seu trato das emoções; discursos e palavras de ordem que mobilizam fatores emotivos podem ser analisados com instrumentais linguísticos; enfim, registros visuais podem evidenciar o repertório emocional contido em protestos.

Um exemplo bom exemplo de investigação qualitativa das “emoções de protesto” se encontra no estudo de Nancy Whittier (2001) sobre o movimento de combate ao abuso sexual infantil nos Estados Unidos. Com foco nas associações compostas por adultos sobreviventes do abuso, Whittier dividiu seu procedimento investigativo em três etapas: primeiro, foram conduzidas longas *entrevistas semiestruturadas* com 45 ativistas de todo o país, sendo que a proporção dos participantes – segundo recortes de idade, sexo e identificação étnica – correspondia aproximadamente aos dados demográficos do movimento em questão. Em seguida, foi feita *análise documental* das associações estudadas (panfletos, atas de reuniões, programas de conferências, páginas virtuais, etc.). O terceiro

passo, enfim, foi a realização de *observação participante* em congressos de ativistas. Através dessa metodologia mista, constatou que participantes do movimento reconstróem conscientemente suas emoções – bem como a forma como são expostas e politicamente mobilizadas –, sendo que a própria expressão dos sentimentos era uma atitude encorajada entre os participantes:

Os ativistas veem a expressão emocional como uma forma de quebrar o silêncio e o segredo que caracterizam o abuso sexual infantil, de liberar as emoções que não podiam expressar quando crianças, e de aprender a confiar em seus próprios sentimentos depois de terem sido estimulados a negar aqueles sentimentos resultantes do abuso (Whittier, 2001, p. 236).

Citando trechos emblemáticos de depoimentos, discorrendo sobre os documentos averiguados e mencionando acontecimentos observados, a rica pesquisa de Whittier alcança uma conclusão que analiticamente divide o papel das emoções em três dimensões relevantes da luta. A primeira dimensão se refere aos *processos interpretativos internos* pelos quais emoções são reconstruídas continuamente através da dinâmica entre os participantes e suas interlocuções internas. O segundo fator diz respeito à *mobilização pública*, em que a expressão de sentimentos é estrategicamente articulada para dar voz ao grupo em questão e mobilizar a sociedade. O terceiro aspecto, enfim, trata da importância das *oportunidades emocionais* dadas pelo contexto externo, isto é, as expectativas emocionais que permeiam, em cada época, as instituições dentro das quais o movimento opera.

Mais que as conclusões de Whittier para o caso específico, importa constatar o indicativo teórico-metodológico dado por seu trabalho, que estimula a aplicação de métodos mistos para a análise das emoções de protesto. A escolha procedimental, entretanto, parece mais plausível se estabelecida *ad hoc*, considerando as especificidades do objeto em questão e com o valioso respaldo da literatura teórica sobre o tema. Não deixa de ser notável, de todo modo, uma clara diferença em relação às análises inspiradas na teoria de Honneth: se lá se buscava visualizar as relações entre distorções da personalidade e emergência do conflito, aqui a ênfase se aproxima mais da antropologia social e da sociologia, dada a tendência mais cultural que psicológica que subjaz às teorias da política passional.

4 Conclusões

Grosso modo, as duas teorias almejam uma contraposição às vertentes hegemônicas de análise qualitativa (ou mesmo quantitativa) dos movimentos sociais – “utilitaristas” ou “racionalistas” – ao postular que a dimensão afetiva do ser humano tem relevância para compreender as diversas formas de ação coletiva e, mais especificamente, a emergência dos movimentos e o engajamento dos indivíduos neles. De modo a concluir brevemente, pode-se elencar suas divergências centrais e os potenciais de interlocução.

Os eixos centrais de disparidade entre as propostas podem ser encontrados na raiz epistemológica de cada uma, carregando implicações metodológicas. A tradição da Teoria Crítica, que Honneth reivindica para seu trabalho, traz consigo uma pressuposição filosófica quanto à “totalidade do social”, questiona o problema da neutralidade axiológica da pesquisa social, e – em função de sua ruptura radical com o positivismo – costuma encontrar dificuldades na aplicabilidade para apreensão de estruturas, processos e relações empíricas particulares fora dessa referência totalizante. Os proponentes da *passionate politics*, por seu turno, parecem mais comprometidos em revisar e ampliar um modelo aplicável de assimilação dos movimentos sociais em suas várias facetas, de modo a ressaltar a relevância do papel das emoções para o engajamento dos indivíduos, as estratégias coletivas e os efeitos de determinadas dinâmicas relacionais sobre a disposição ou não para a participação. Não há, em Jasper, qualquer finalidade normativa que seja inerente à formulação,

qualquer tipo de problematização do contexto social que informa a produção teórica, e muito menos um diagnóstico totalizante do tempo presente.

Enquanto os trabalhos sobre a política passional contribuem com um arcabouço minucioso e preciso ao distinguir a diversidade das emoções e o potencial de cada uma para fomentar o engajamento político, a teoria do reconhecimento dá um passo além, em sentido normativo e reflexivo, à medida que coloca a perspectiva do reconhecimento intersubjetivo como sentido moral dos sentimentos oriundos da percepção da injustiça e das mobilizações que disso resultam, oferecendo uma orientação para emancipação pautada na emergência de uma vindoura sociedade que se caracterize pelos traços de uma comunidade ética, conforme teorizada por Hegel. Assim, faz-se notável que o estatuto conceitual de termos como “moralidade” e “emoções” é diferente nos dois quadros teóricos. Para Jasper, “moralidade”, “emoções” e “cognição” são três pilares de uma noção mais abrangente de “cultura”, constituindo elementos analiticamente distintos na explicação do conflito social. Honneth, por sua vez, trabalha a emoção enquanto elemento mediador entre as expectativas morais e a emergência da luta; a emoção que importa para ele, e que serve de explicação do conflito social, é aquela que resulta da violação das expectativas intersubjetiva para as relações com o Outro. A despeito das muitas diferenças de fundamentação e recorte analítico, o diálogo entre essas duas abordagens parece não só ser plausível, como também possivelmente muito enriquecedor para ambas. Para a *passionate politics*, alguns elementos da teoria do reconhecimento podem vir a provocar formulações mais profundas quanto à moralidade socialmente construída que se encontra entrelaçada com os sentimentos emergentes em situações de injustiça. Pois não parece inevitável que essa corrente importe, junto à concepção de moralidade, também o teor normativo da teoria do reconhecimento. Ademais, o conceito abrangente de reconhecimento – retirado de seu contexto teórico-crítico para se adequar ao tipo de análise proposta por Jasper – pode ser posto à prova nos estudos empíricos sobre emoções, a fim de se investigar quanto à existência ou não de tal “solo comum” sobre o qual emergiriam os sentimentos de indignação, frustração, raiva, etc.

Para a Teoria Crítica do Reconhecimento, a formulação mais detalhada e mais empiricamente calcada dos proponentes da guinada emocional pode auxiliar a destrinchar com maior clareza a importante mediação constituída pelas emoções. Pois se é verdade que Honneth dedica vastas páginas a analisar os caminhos pelos quais as formas de desrespeito podem se verter em emoções, o mesmo não se pode dizer a respeito do estudo, em si, de tais emoções. Seu trabalho não se preocupa em detalhar as peculiaridades de cada categoria de emoções e de que maneira cada uma pode (ou não) desaguar em mobilizações. Isso significa que, se a perspectiva de Jasper estiver correta – dentro de uma concepção “tradicional” de teoria –, ela pode auxiliar a teoria do reconhecimento a clarificar melhor as razões pelas quais em alguns casos o sentimento de desrespeito se converte em lutas sociais e em outros não; isso para mencionar apenas a dimensão emocional, dado que a Teoria do Processo Político também pode ajudar a responder tais questões por outras vias.

Em suma, uma interlocução mais aberta entre as duas abordagens pode resultar em proposições mais sofisticadas: de um lado, as teorias da “política passional” podem se fortalecer à medida que tracem diálogos mais profundos com a questão da moralidade e a expectativa normativa dos sujeitos; de outro, os partidários da teoria do reconhecimento podem se valer de pistas metodológicas com maior calibragem para compreender com mais detalhes os sentimentos aflorados pela injustiça e de que maneira eles são canalizáveis ou não para ação coletiva.

Referências

Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais. *Lua Nova*, 76.

- Chazel, F. (1995). Movimentos sociais. In Raymond Boudon (org). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fuhrmann, N. L. (2013). O Primado do Reconhecimento sobre a Redistribuição. *Sociologias*, 15, 33.
- Goodwin, J., Jasper, J. M. & Polletta, F. (2001). Introduction. In Jeff Goodwin, James Jasper & Francesca Polletta (orgs.) *Passionate Politics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Goodwin, J., Jasper, J. M. & Polletta, F. (2004). Emotional Dimensions of Social Movements. In David A. Snow; Sarah A. Soule & Hanspeter Kriesi. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden: Blackwell Publishing.
- Habermas, J. (2014). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. São Paulo: Editora Unesp.
- Honneth, A. (1991). *The Critique of Power*. Cambridge: The MIT Press.
- Honneth, A. (1992). "Integrity and Disrespect". *Political Theory*, 20, 2.
- Honneth, A. (1999). Teoria Crítica. In Anthony Giddens & Jonathan Turner (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP.
- Honneth, A. (2003). *Luta por Reconhecimento*. São Paulo: Editora 34.
- Honneth, A. (2013). O Eu no Nós. *Sociologias*, 15, 33.
- Jasper, J. M. (1997). *The Art of Moral Protest*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jasper, J. M. (1998). The Emotions of Protest. *Sociological Forum*, 13, 3.
- Jasper, J. M. (2011). Emotions and Social Movements. *The Annual Review of Sociology*, 37.
- Klandermans, B. & Roggeband, C. (2007). *Handbook of Social Movements Across Disciplines*. New York: Springer.
- McCarthy, J. D. & Zald, M. N. (1977). Resource Mobilization and Social Movements. *American Journal of Sociology*, 82, 6.
- Olson, M. (1999). *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: EDUSP.
- Silva, E. P. B. (2016). Moralidade Intersubjetiva e Política Passional. *Perspectiva Filosófica*, 43, 2.
- Sobottka, E. (2016). Desrespeito e Luta por Reconhecimento. *Civitas*, 15, 4.
- Tarrow, S. (2011). *O Poder em Movimento*. São Paulo: Editora Vozes.
- Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. Reading: Addison-Wesley.
- Whittier, N. (2001), "Emotional Strategies" In: Goodwin, Jasper & Polletta (orgs). *Passionate Politics*. Chicago: The University of Chicago Press.